

Opinião MCM

Edição 6 – quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021

Auxílio e reformas

No momento em que este **Opinião** está sendo escrito, permanece nebuloso o resultado das negociações em torno da desejada compatibilização entre a adoção de um novo auxílio emergencial e uma clara sinalização do comprometimento do governo e seus aliados no Congresso com a austeridade fiscal.

Em princípio, de acordo com os últimos sinais emitidos em Brasília, o novo auxílio emergencial deverá ter um valor mensal ao redor de R\$ 200 (próximo do valor máximo a ser pago a cada família através do programa Bolsa Família em 2021), duração ao redor de três meses (diante da hipótese de que tanto a vacinação como a situação econômica avançarão de forma substantiva neste período) e atingirá um grupo mais restrito de pessoas em situação de vulnerabilidade (dada a constatação de que, em 2020, o auxílio chegou a muitas famílias não necessitadas).

No entanto, algumas vozes no Congresso defendem, por exemplo, que o novo auxílio mensal fique em torno de R\$ 300 por mês --- o valor pago nos últimos quatro meses de 2020 --- e não se pode descartar o risco de que, caso essa proposta ganhe apoio político significativo nos próximos dias, o governo acabe sancionando um valor ainda maior, como ocorreu no ano passado.

Em princípio também, o novo auxílio emergencial será financiado por um crédito extraordinário, dado que o orçamento de 2021 possui espaço financeiro e político muito limitado para a criação do auxílio, mesmo que o seu custo acabe sendo de poucas dezenas de bilhões de reais. E tendo em vista que, por ser financiado por um crédito extraordinário, o auxílio emergencial ficará fora do “teto de gastos”, o comprometimento com a austeridade fiscal será sinalizado através da aprovação de instrumentos que auxiliem os governos dos três níveis da federação a controlar melhor seus gastos com pessoal no futuro.

Porém, como diz Bolsonaro, “a prorrogação do auxílio emergencial é para ontem”. Já a aprovação das reformas será, no primeiro momento, apenas uma promessa, sujeita a chuvas e trovoadas, como todas as promessas. Além disso, a resistência política à aprovação de uma reforma fiscal mais “radical”, incluindo a possibilidade de redução temporária de jornadas de trabalho e salários de servidores públicos, é muito elevada e quase incontornável. Adicionalmente, não se deve minimizar o risco de o Ministro da Economia gerar novos ruídos e desencontros, atrapalhando mais do que ajudando as negociações em Brasília, tanto por suas indefinições como por suas obsessões, como ocorreu em diversas oportunidades nos últimos dois anos.

Ou seja, o tema “auxílio e reformas” segue cercado de riscos e incertezas. Apesar disso, continuamos a acreditar no predomínio de uma certa racionalidade econômica em Brasília, basicamente porque a nova configuração de forças no Congresso e, de forma geral, o ambiente político no Planalto, são favoráveis a Bolsonaro e seus aliados neste momento, permitindo ao grupo estabelecer com a razão, não com o fígado, a melhor estratégia econômica para atravessar 2021 e chegar em boas condições para a campanha eleitoral de 2022. Não à toa, Bolsonaro tem explicado a seus apoiadores, em diversas ocasiões, que sua capacidade de ação é limitada, por leis e restrições orçamentárias, e que eventuais destemperos provocarão a piora da crise.

Assim, mantemos por ora nosso cenário: um auxílio modesto deverá ser dado às famílias mais vulneráveis, algumas reformas econômicas avançarão rapidamente --- como foi o caso da autonomia do Banco Central --- outras avançarão lenta e parcialmente e o cenário fiscal permanecerá “sob controle” enquanto o governo e seus aliados tentam fazer a travessia de 2021 sem muitas marolas, ao menos na área econômica.



Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2021. Reprodução Proibida.

Tel: (011) 4380-7700. Site: mcmconsultores.com.br e-mail: economia@mcmconsultores.com.br